

ANÁLISE DA GOVERNANÇA DOS RECURSOS HÍDRICOS NO ESTADO DE GOIÁS

Obede Rodrigues Alves 1¹ ; Antônio Pasqualetto 2

Palavras-Chave – Sustentabilidade, Comitê de bacia hidrográfica, Planejamento

INTRODUÇÃO

A governança de recursos hídricos no Brasil deve ser constantemente reavaliada e aprimorada, integrando as lições aprendidas e as novas demandas sociais e ambientais. A busca por uma gestão mais eficaz pode assegurar a disponibilidade e qualidade da água para as gerações futuras, além de contribuir para a estabilidade e resiliência dos ecossistemas aquáticos no país. O Estado de Goiás localiza-se no centro do Brasil, possui riqueza hídrica, com várias bacias hidrográficas que abastecem a população e as atividades econômicas locais, servem como elementos críticos para a conservação da biodiversidade e dos ecossistemas. Destacam-se as bacias do Rio Paranaíba, São Francisco, Araguaia e Tocantins. Goiás enfrenta desafios, como a crescente demanda por recursos hídricos devido à expansão agrícola e à urbanização acelerada. Estudos indicam que a intensificação do uso da água para atividades como a agricultura irrigada tem gerado pressões sobre os corpos hídricos, resultado em conflitos de uso e deterioração da qualidade da água (Rodrigues, 2024).

O objetivo do trabalho foi analisar perspectivas e estratégias para a segurança hídrica no Estado de Goiás, aplicando as cinco dimensões do modelo de governança norteadoras do termômetro e indicadores do SINGREH, a fim de identificar lacunas e propor diretrizes e planos de ação que incluam, de forma sistêmica, as dimensões técnicas, participativas e de sustentabilidade da governança hídrica em nosso Estado.

METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida no estado de Goiás, no ano de 2024, sendo validada pelo comitê de ética em pesquisa da PUC Goiás sob o número 79900024.9.0000.0037. Empregou-se o termômetro de governança que identifica em que ponto está a política de recursos hídricos no Estado de Goiás, nas cinco dimensões estruturais e os seus respectivos indicadores, conforme proposto por Lima et al. (2014): a) Ambiente Institucional; b) Capacidades Estatais; c) Instrumentos de Gestão; d) Interação Estado-Sociedade e e) Interações Governamentais. Dentro de cada dimensão foram analisados aspectos e apontados indicadores. Aplicou-se questionário 14 voluntários pertencentes ao CBHs goianos e ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado de Goiás – CERHi.

O termômetro identificou em que estágio se enquadra a política de recursos hídricos no Estado de Goiás, considerando as cinco dimensões estruturais do seu sistema de governança e registrou três estágios: básico, intermediário e avançado. A situação de cada estágio foi indicada pelos próprios participantes da pesquisa, seguida por argumentos que explicam as razões desta classificação.

1) Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás), Av. Fued José Sebba, 1184 - Jardim Goiás (64) 99235-0128, alves.obede@gmail.com

2) Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás), Av. Fued José Sebba, 1184 - Jardim Goiás (62) 98120-9996, profpasqualetto@gmail.com

RESULTADOS

Na dimensão "Ambiente Institucional", a efetividade da legislação e a importância do tema são avaliadas como intermediárias, com fragilidades na articulação entre municípios e poder executivo local, limitando a integração dos planos de bacia nos planos diretores municipais. O Pacto Nacional pela Gestão das Águas (ANA, 2023) representou avanço na governança descentralizada. Em "Capacidades Estatais", predomina avaliação básica, apesar da alta qualificação da equipe técnica da SEMAD e do uso de ferramentas tecnológicas como SIRHGO, Web Outorga e INÃ, que aumentam transparência e agilidade. Na dimensão "Instrumentos de Gestão", os aspectos são de baixo nível, apesar do sistema de monitoramento de planos de bacia com indicadores (Teixeira et al., 2021; Tundisi, 2008).

Em "Interação Estado-Sociedade", a participação social é básica, com a efetividade prejudicada pela falta de capacitação e desconhecimento legal dos membros dos comitês (Lima et al., 2014), além de linguagem técnica que dificulta o engajamento, evidenciando a necessidade de formação contínua. Por fim, em "Interações Governamentais", a articulação inter e intrasetorial, efetividade dos fóruns federativos e participação dos municípios são frágeis, com fragmentação entre esferas e setores dificultando a governança integrada (Lima et al., 2014). A superação desses desafios requer fortalecimento institucional, articulação de políticas e espaços de diálogo intergovernamental e com a sociedade civil.

CONCLUSÕES

A governança hídrica em Goiás é básica, mas apresenta avanços em equipes técnicas, sistemas digitais, segurança de barragens e planos de bacia. Persistem desafios na capacitação, implementação dos planos, cobrança pelo uso da água e gestão financeira. A participação nos conselhos é limitada, porém há crescente preocupação com a governança.

REFERÊNCIAS

RODRIGUES, Lineu Neiva (ed. téc.). *Agricultura irrigada no Cerrado: subsídios para o desenvolvimento sustentável*. 2. ed. rev. e ampl. Brasília, DF: Embrapa, 2024. 503 p. ISBN 978-65-5467-049-4.

LIMA, A. J. R.; ABRUCIO, F. L.; BEZERRA E SILVA, F. C. *Governança dos recursos hídricos: proposta de indicador para acompanhar sua implementação*. São Paulo: WWF – Brasil; FGV, 2014.

TEIXEIRA, T. H. et al. Instrumentos de gestão de recursos hídricos: os Planos de Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica do rio Doce, Brasil, e na Demarcação Hidrográfica do Miño-Sil, Espanha. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 16, p. e76101623306, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/23306>. Acesso em: 19 abr. 2025.

TUNDISI, J. G. Recursos hídricos no futuro: problemas e soluções. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 22, n. 63, p. 7–16, 2008. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10290>. Acesso em: 19 abr. 2025.

AGRADECIMENTOS

À CAPES pelo auxílio financeiro.